



ATA Nº 02/2017
Sessão Ordinária de Fevereiro
23 de Fevereiro de 2017

I – ABERTURA -----

-----**Local:** Auditório Municipal dos Paços do Concelho-----

-----**Hora:** 20h00m -----

II – PRESENÇAS-----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Joaquim Moreira Raposo-----

----- **Primeiro Secretário** – Luís Miguel Rodrigues Costa -----

----- **Segundo Secretário** – António Miguel S. Figueiredo Lourenço-----

----- Membros da Assembleia presentes: Todos, com exceção dos senhores Miguel Pedro de Sá Viana Vidigal e Bruno Carlos Amaral de Carvalho, nos termos do documento anexo à presente ata.-----

----- Membros da Câmara Municipal-----

----- **Presidente:** Carla Maria Nunes Tavares-----

----- **Vereadores:** Gabriel Alexandre Martins Lorena Oliveira -----

-----Francisco José S. Nunes dos Santos -----

-----Rita Mafalda Nobre Borges Madeira-----

-----Eduardo Amadeu da Silva Rosa -----

-----Sónia Cristina Catarino Baptista -----

-----Maria Gracieta de Oliveira Filipe -----

-----Martinho Joaquim Mendonça Caetano -----

-----José Agostinho Marques-----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia** foi verificada a existência de Quórum.-----



III – REPRESENTAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES -----

----- REPRESENTAÇÕES -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia das Águas Livres, Jaime Pereira Garcia e a senhora Presidente da Junta da Freguesia de Alfragide, Beatriz Felisbela Gomes Azevedo Noronha, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do Artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, se fazem representar pelos seus substitutos legais e por si designados, sendo estes, respetivamente, o senhor Luís Miguel Lourenço de Ascensão e a senhora Maria Helena Cardoso. -----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do nº 1 do artigo 78º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os senhores António José Castanheira Baptista Lopes e Rui André M. de Medeiros, pelo PS, Hugo Luís Gonçalves Gama Freire, Ágata Sofia Mateus Pereira e Tiago Fonseca Dores, pela CDU, Isaías Gonçalves Afonso, pelo CDS-PP e João Camargo R. Marques dos Santos, pelo BE. -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, e nos termos e para os efeitos do artigo 78º e artigo 79º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na sua atual redação, os membros substitutos são respetivamente, pelo PS os senhores António de Jesus Gomes Bito e Anabela Lopes Rodrigues, pela CDU os senhores José Fernandes, Bruno Carlos Amaral de Carvalho por indisponibilidade da senhora Mavíldia Manuel Caro Pina e Luís Manuel Benedito, pelo CDS-PP o senhor Luís Filipe Chiti Dias e pelo BE o senhor Nuno Miguel Fonseca Mendes Antunes.-----

Relativamente ao pedido de substituição efetuado pela senhora Ágata Sofia Mateus Pereira, o membro substituto da respetiva lista, senhor Bruno Carlos Amaral de Carvalho não compareceu para os devidos efeitos na presente sessão.-----

Os documentos referentes às presentes representações e substituições encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante.-----



IV – ORDEM DO DIA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos constantes da Ordem do Dia, estabelecida pela Mesa e consultados os representantes das forças políticas, em sede de conferência dos líderes e nos termos do documento anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

V – ATA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que foi distribuída aos senhores membros da Assembleia a ata nº 1/2017. -----

Não havendo intervenções sobre a mesma, foi aquela colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria com 26 votos a favor (13 PS, 5 CDU, 4 PSD, 2 CDS-PP e 2 BE) e 2 abstenções (1 PS – Carla Neves e 1 PSD – Helena Cardoso). -----

Não se encontravam presentes na votação, os senhores Rui Lourenço, Nuno Freitas, Alcides de Matos, João Vieira, Armando Paulino, Luís Benedito, Luís Chiti e as senhoras Manuela Rodrigues e Anabela Rodrigues. -----

VI – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** explicou as normas regimentais pelas quais se deve reger a intervenção do público, após o que procedeu à abertura de inscrições, tendo admitido a inscrição do senhor Joaquim Silva, nos termos infra enunciados. -----

Pelo senhor **Joaquim Silva**: -----

“Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente Carla Tavares, todos os Deputados e restantes presentes. -----

Hoje traz-me aqui apenas dois assuntos, de dois grupos que os considero, um dos grupos mais, dois grupos mais desprotegidos, que são os deficientes e que são as crianças. -----

Eu gostaria de colocar duas perguntas e fazer uma proposta. As duas perguntas são muito simples, penso, é uma confirmação praticamente, que não existe nenhuma discriminação da parte da Amadora contra os deficientes, nesse âmbito compete-me



colocar a segunda questão, que é propriamente a pergunta em si, que tem a ver com o seguinte. -----

O que é que fazem viaturas da Câmara Municipal, ao trabalho, ao serviço da Câmara Municipal da Amadora, precisamente parqueadas, durante horas e horas, nos lugares destinados aos deficientes, que já são poucos, mas sendo poucos, passam muito do tempo ocupado por essas viaturas, que trazem no vidro frontal uma identificação ao serviço da Câmara. Tirei algumas fotos, se for necessário fazer alguma prova dessa situação, penso que não, mas elas existem. -----

Relativamente à proposta no que se refere ao outro grupo, que é as crianças, compete-me realmente chamar à atenção, que acho que já toda a gente se apercebeu, que existe uma Petição por causa do peso das mochilas que as nossas crianças transportam praticamente durante a semana. É uma Petição que está a decorrer, é de âmbito nacional, é um problema que existe no nosso país, temos que saber ter soluções para ele, mas também considerando que este elenco governativo da Câmara Municipal da Amadora, está sempre na liderança, no qual eu muito me orgulho, com o exemplo que foi a oferta dos manuais escolares com a iniciativa de prolongar o que o Governo nos proporcionou, do 1.º ano, estendeu até ao 4.º ano. Uma boa iniciativa, indo um pouco mais à frente, eu gostaria realmente de considerar, ou deixar à consideração da senhora Presidente da Câmara e dos restantes Deputados, uma proposta que passa essencialmente para a colocação de cacifos, nas Escolas dos Agrupamentos da Amadora. Já sei que existem alguns cacifos, são poucos, em péssimo estado e não permitem acondicionar os livros, pelo menos na posição horizontal, o que ao colocá-los numa posição vertical vai degradar esses livros, até porque se nós estamos a comprar livros convêm conservá-los. Esses cacifos, um breve estudo que fiz, muito simples, custam 15, 20 euros, no máximo, por aluno, por isso não é nenhum exagero este investimento, e tem uma vantagem, contrariamente a alguns livros, são reaproveitáveis, estes na totalidade. -----

Esses que existem atualmente estão em péssimo estado, não funcionam, pelo que me foi transmitido, e realmente também são muito poucochinhos, eu repito que são mesmo muito poucochinhos, e além de poucochinhos são fraquinhos. -----

Por isso se houver a iniciativa, realmente de colocar e já que parece que temos salas disponíveis nas escolas e nos Agrupamentos, colocar esses cacifos era uma boa iniciativa, e os pais desses alunos, que já se fizeram manifestar a favor desta ideia, agradeciam certamente esta proposta, está bem? Muito obrigada e boa noite a todos." -



Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra a
senhora **Presidente de Câmara** para a resposta tida por conveniente. -----

Pela senhora **Presidente de Câmara**: -----

“Muito obrigada senhor Presidente. Boa noite senhoras e senhores Vereadores, senhoras
e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores munícipes. Relativamente, às
questões colocadas senhor Joaquim Silva, relativamente ao estacionamento da viatura da
CMA, se me pudesse entregar as fotografias, através do senhor Presidente da
Assembleia Municipal, naturalmente agradecia, porque como deve imaginar não faço
ideia a que viatura ou que local da cidade se refere em concreto. -----

Relativamente à Petição que decorre e que naturalmente, cada um de nós e no exercício
da sua cidadania será livre de a subscrever ou não, mas relativamente à questão dos
cacifos, penso que se está a referir às escolas de 2.º e 3.º ciclo e Secundárias, porque
no 1.º ciclo os meninos deixam os livros na sala, ou não, consoante tem ou não tem
trabalhos de casa, ou consoante as disciplinas. Nós já temos um conjunto de escolas,
não falando das daqui da Parque Escolar, que é uma situação particular as 3 escolas
Secundárias, mas temos um conjunto de escolas de 2.º e 3.º ciclo e Secundárias
também, umas tem já, estou me a lembrar de uma que recentemente terminou a
colocação, nomeadamente a Cardoso Lopes, penso que não será esse que se está a
referir, que terminou há pouco tempo, na zona da entrada, do lado esquerdo a colocação
e o reforço de diversos cacifos. Sabemos que há, até porque tivemos uma reunião de
Diretores há muito poucos dias, ou com os Diretores há muito poucos dias, que é outros
Agrupamentos que por força desta questão que tem estado agora muito em cima da
mesa, equacionam reforçar o investimento na questão dos cacifos e de poderem reforçar
o espaço escolar na zona de circulação nomeadamente nos corredores, os cacifos. -----

Por isso é uma questão que estamos a acompanhar, naturalmente no respeito pela
autonomia de gestão de cada um dos Agrupamentos de escolas, mas sempre disponíveis
naturalmente, para colaborar nestes processos das escolas. Muito obrigada senhor
Presidente. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou o
período de intervenção do público.-----



VII – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que neste período, com a duração de 1h, improrrogável, são abordados assuntos gerais e de interesse para a autarquia, tendo sido distribuída, no início da Sessão e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 35º do Regimento da AMA, aos Representantes de cada Grupo Municipal a relação contendo o expediente. -----

De seguida procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros, nos termos que se enuncia:-----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira**: -----

“Muito obrigado senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, estimado público. No final da semana passada fomos confrontados com aquilo que parecia ser mais uma desistência do executivo de maioria Socialista da Câmara da Amadora, na linha de outras desistências, aliás, e eu recordo-me por exemplo da Feira do Livro, em que às críticas sobre a Feira do Livro e sobre a degradação da Feira do Livro, se respondeu com o fim da Feira do Livro, desistiu-se da Feira do Livro. -----

Desta vez foram os cafés e os restaurantes da cidade, parece que havia aí umas queixas sobre alguns cafés e restaurantes da cidade, provocariam ruído, solução fecha tudo às 10 da noite, quem quiser ir jantar fora vá para Lisboa, quem quiser tomar um café tome em casa, não vá é à rua que não haverá lá ninguém, é reduzir a cidade ao osso, é reduzir a cidade a um dormitório, a um sítio para dormir, é desistir da Amadora. -----

Mas o problema desta vez é mais sério do que este, é mais sério do que este, e eu estou a tentar tomar aquilo que se passou e que vou tentar explicar agora como um erro, um erro de publicação, um erro de publicação, porque a não ser assim seria gravíssimo aquilo que se passou, seria, e a não ser que a senhora Presidente da Câmara tenha uma boa explicação, uma grave violação da lei e um enorme desrespeito institucional pela Assembleia Municipal, e eu diria que estaria mesmo quebrada a relação de confiança entre os Órgãos deste Município, porque passou-se o seguinte. -----

A deliberação que foi sujeita à apreciação dos Vereadores da Câmara Municipal e foi apreciada nesta Assembleia Municipal, e que foi votada na Assembleia Municipal e que eu tenho aqui, e que eu tenho aqui, dizia no que diz respeito ao horário da restauração



uma coisa, e aquilo que foi publicado em Diário da República foi outra coisa, foi outra coisa. E eu passo a ler havia naquilo que foi a deliberação aprovada nesta Assembleia e na Câmara Municipal uma norma geral em que dizia que “os estabelecimentos todos teriam que fechar entre as 7 e as 22 horas, excecionando-se desta regra os estabelecimentos previstos no número seguinte. Número seguinte, “os estabelecimentos de restauração, bem como os estabelecimentos de bebidas, correspondentes a cafés, pastelarias, casas de chá, snack-bares, geladarias e outros equiparáveis situados nos lugares acima indicados podem adotar o horário de funcionamento das 7 às 24 horas”. Deliberação de Câmara, deliberação de Assembleia Municipal, aprovada e posta a consulta pública. O que é que foi publicado em Diário da República 2 meses depois? As mesmas 510 páginas da deliberação da Assembleia, com uma alteração cirúrgica, cirúrgica de um algarismo, as 24 horas de fecho dos restaurantes passaram para 22 horas. Estão aqui os dois documentos senhora Presidente, toda a gente os tem, os Deputados Municipais, Vereadores, todos os tem. E nós temos hoje senhora Presidente a polícia a bater à porta dos comerciantes dos restaurantes desta cidade, a mandar fechar e a dizer que da próxima vez vão levar com uma multa, com base num Regulamento, é verdade senhora Presidente, falei com alguns, com base num Regulamento que é ilegal, que viola a deliberação da Câmara e a deliberação da Assembleia Municipal e que é um precedente gravíssimo. Eu pedir-lhe-ia senhora Presidente da Câmara, os documentos estão aqui se quiser, eu posso facultar cópia, mas toda a gente os tem, eu volto a repetir, 509 páginas, creio que é o número, todas reproduzidas exatamente tal e qual a deliberação e um algarismo trocado cirurgicamente no horário dos restaurantes. ----- Vamos tomar por erro de publicação senhora Presidente, mas isto carece de uma explicação e carece de uma suspensão imediata de um Regulamento que é claramente ilegal, que viola deliberações e que deixa um enorme desconforto face ao futuro daquilo que são as deliberações aprovadas nesta Assembleia Municipal. Fico a aguardar o seu esclarecimento senhora Presidente. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Ricardo Carmo**: -----

“Boa noite a todos, senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, excelentíssimo Público, eu vou tentar não ser tão violento, entre aspas, como foi o Deputado João Paulo Castanheira, na sua intervenção anterior. Efetivamente eu também estive a verificar o Regulamento, efetivamente os documentos que foram à Câmara Municipal marcam esta exceção dos restaurantes até às 24 horas, o



documento que veio aqui a discussão, também é até às 24 horas. Acredito que foi um erro de transcrição e portanto não ponho em causa a seriedade de ninguém, acredito plenamente que foi efetivamente um erro de transcrição, e acreditando plenamente que foi um erro de transcrição, vinha pedir à Câmara, através da senhora Presidente, que tomasse o mais rapidamente possível algumas medidas no sentido de corrigirmos esta situação. Porque parto do princípio efetivamente que foi um erro de escrita portanto pedia que dessem, se for possível assim ser, que dessem indicações pelo menos à Polícia Municipal que pelo menos evitasse ou suspendesse esta visita sistemática aos restaurantes, aos cafés e aos bares, que fosse já dentro das possibilidades e verificado uma vez que já vi que foi dado nota à senhora Vereadora que está verificar esta situação, que fosse já dado nota aos serviços o mais rapidamente, o mais urgente possível, que se faça então uma retificação em Boletim Municipal. E verificando efetivamente que foi um lapso, que seja republicado o mais rapidamente possível no Diário da República e que seja repostado o que foi efetivamente aprovado. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Carlos Almeida**: -----

“Muito obrigado senhor Presidente, muito boa noite senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, caros Munícipes. Nós pela nossa parte subscrevemos inteiramente os termos, os termos e o conteúdo da intervenção do senhor Deputado João Paulo Castanheira. Era aliás um dos assuntos que queríamos aqui trazer, e eu acrescentava aliás um dado, que é eu recorde-me que esta discussão deste código regulamentar foi apresentada como uma iniciativa da parte da Câmara Municipal no sentido de harmonizar, reunir num único instrumento todas as disposições regulamentares que existiam na Câmara Municipal, no Município da Amadora e portanto nada na apresentação que foi feita indiciava qualquer tipo de alteração, mais ainda uma alteração de fundo como esta. Portanto toda a lógica com que foi apresentado o documento sugeria o contrário daquilo que estamos a verificar, que é uma alteração de fundo. E portanto do nosso ponto de vista isto precisa de um esclarecimento e sobretudo precisa da parte da Câmara Municipal que seja imediatamente suspenso este processo de inquirição ou de interpelação junto dos estabelecimentos deste sector de atividade, que essa interpelação seja interrompida e que rapidamente a Câmara Municipal dê orientações às entidades competentes que fazem essa fiscalização, no sentido disso ser interrompido e de sanar rapidamente esta irregularidade que se verifica. E portanto



sobre esta matéria estamos, acompanhamos inteiramente a posição aqui já assumida pelas outras bancadas. -----

Mas, eu trazia aqui um outro assunto, ou vários outros assuntos, e queria começar, isto hoje está um bocado irregular, mas, queria começar por referir que realizamos esta Assembleia num dia especial, num dia em que o país assinala o trigésimo aniversário do falecimento do Zeca Afonso. A esta hora, ou durante este dia, um pouco por todo o país, Associações, Coletividades, Grupos vários, Câmaras Municipais, Autarquias, Juntas de Freguesia, estão a realizar iniciativas de evocação da memória do legado do José Afonso. Em todos os lugares menos uma, porque há algures uma aldeia, uma espécie de aldeia gaulesa onde pelos vistos nada acontece. Porque numa Câmara Municipal onde o setor da Cultura continua a funcionar sem direção nem orientação política, e apenas submetida a uma espécie de gestão burocrática de rotineira, aqui nada acontece, relativamente a José Afonso, e aqui era um dos lugares onde tinha que acontecer alguma coisa relativamente a assinalar a memória e o legado de Zeca Afonso. -----

O Zeca tinha muitas canções e algumas canções marcantes, e tinha uma da qual todos nos recordamos que se chamava os Índios da Meia Praia, e nessa canção o Zeca evocava um direito fundamental, um direito constitucional fundamental, que às vezes, vezes de mais nos habituamos a pensar que é uma coisa daquelas que está lá na Constituição, mas que na verdade é um pouco, cada um que se amane, e do qual o Estado, o Estado no sentido amplo, não tem nenhuma responsabilidade. Estou a falar do direito à habitação. Haverá certamente quem não se incomode com a continuação repetida do espetáculo degradante e violento, do desalojamento, da demolição, de pessoas, da exposição pública dos seus bens, da demolição de habitações e do lançamento de pessoas no vazio, sem nenhuma alternativa. Mas da nossa parte nós não nos conformamos com isto, e também não nos conformamos, com a contínua prática, eu diria bárbara e violenta da atuação da polícia em situações como esta. -----

Porque senhora Presidente, comparar o que aconteceu hoje, nas demolições na Ria Formosa, com a atuação da polícia na Amadora, quando se trata de efetuar demolições no 6 de Maio ou em Santa Filomena, são 2 países diferentes, são 2 países diferentes. E isto não pode ser, nós não poderemos habituar-nos a que isto seja uma prática à qual estamos habituados e que sobre a qual não nos incomodamos. -----

Amanhã a Assembleia da República parece que irá votar uma Resolução de um Grupo de Trabalho recomendando a elaboração de um novo Plano Especial de Realojamento. Não sei se será aprovado, não sei se não será aprovado. Nos últimos dias aliás, ouvimos o



Presidente do IHRU dizer que, bom da parte da Câmara Municipal da Amadora não recebemos nenhum pedido, nenhuma iniciativa no sentido de serem procuradas soluções para as pessoas que são desalojadas e para as quais não há alternativa. -----

E portanto senhora Presidente a questão que lhe queria colocar era exatamente esta, se a Câmara Municipal, como a Câmara Municipal encara esta possibilidade? A possibilidade de poder ser criado um instrumento que dê respostas a carência, que existem, que são reais, porque as pessoas não desaparecem quando as construções são demolidas, as pessoas não desaparecem, continuam por aí, e continuam a precisar de viver, a precisar de um teto, e sobretudo a exigir dignidade e respeito da parte do Estado de Direito. ----

E portanto senhora Presidente a questão que lhe queria colocar, era esta, como é que a Câmara Municipal encara esta possibilidade? Aliás, gostaria aliás até mais de saber qual é a informação que a Câmara Municipal tem exatamente e pode fornecer a esta Assembleia, sobre o número de situações identificadas no Município fora PER? Quantas pessoas estão à espera de uma resolução para a sua situação e que não estão recenseadas no PER e o que tenciona a Câmara Municipal fazer relativamente a esta matéria? Porque se somam as denúncias ou as informações, de que as pessoas estão a ser desalojadas sem alternativa, sem nenhuma alternativa. -----

E portanto senhora Presidente, eu creio que nós todos temos uma responsabilidade, porque esta cidade tem mesmo de ser para todos, senhora Presidente, esta cidade não pode ser só para as pessoas, para aquela família tão feliz que aparece nos cartazes da videovigilância, senhora Presidente, esta cidade tem que ser para todos e todas as pessoas merecem ser tratadas com a mesma dignidade e o mesmo respeito. Muito obrigado." -----

Pela senhora **Deolinda Martin**: -----

"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, caríssimo público. O que é preciso é criar desassossego, quando começamos a criar álibis para justificar o nosso conformismo então está tudo lixado. Acho que acima de tudo é preciso agitar, não ficar parado, ter coragem, quer se trate da música ou da política, e nós neste país somos tão pouco corajosos que qualquer dia estamos reduzidos à condição de homenzinhos e mulherzinhas. "Temos de ser gente pá", isto foi dito por Zeca Afonso em 85, até sempre Zeca, que a tua voz nunca se silencie ou seja silenciada. -----



Também venho aqui falar, subscrever a posição do Engenheiro Paulo Castanheira, o Bloco subscreve integralmente a sua intervenção. -----
Mas venho sobretudo intervir, relativamente às questões das demolições. Um dia destes na Amadora, as escolas trabalharam o Dia da Não Violência, por toda a Amadora os meninos desta cidade experimentaram o que era viverem em paz e trabalharam a importância da vivência em paz. -----
No dia seguinte os mesmos meninos puderam assistir nos telejornais, ao cerco do 6 de Maio pela polícia, dizia o Comandante da polícia, que tinha apanhado naquela rusga uns quantos artigos roubados e uma arma que parece que nem era uma arma verdadeira, era uma simulação para a qual ele nem sabia dar a devida utilidade. E no dia a seguir, posterior a este cerco ao Bairro 6 de Maio, assistimos todos às demolições no 6 de Maio. Senhora Presidente já aqui lhe referi a posição da redatora das Nações Unidas, que mau não veio ouvir a senhora Presidente da outra vez. Venho referir hoje o relatório da Amnistia Internacional, também ele, nos dois pontos negros que coloca em Portugal, que atribui como ponto negro, as questões das demolições na Amadora. Eu como cidadã desta cidade, munícipe, não gosto de ver a Amadora ser a imagem triste do desespero, a imagem triste da perda de bens, a imagem triste da repressão, não gosto de ver. E portanto vou criando desassossego, a minha voz não se cala e venho aqui colocar a questão para ser discutida, é verdade que amanhã, pelo menos é as notícias hoje do Público, a Assembleia da República, o Parlamento, vai aprovar esta sexta-feira uma proposta do Grupo de Trabalho da Habitação que falará sobre a Reabilitação Urbana, políticas de cidade que recomendam ao Governo um novo Programa que substitua o Programa Especial de Realojamento. E gostava também como o Deputado Carlos Almeida, gostava de saber, o que é que a senhora Presidente nos tem a dizer sobre isto, porque neste Grupo de Trabalho a proposta que irá à Assembleia da República será uma proposta apresentada por unanimidade. É engraçado não é? Por unanimidade, quando aqui são duas apenas, duas bancadas a levantar a voz relativamente a este problema, nunca ouvimos aqui outras bancadas falarem no assunto, nem pronunciarem-se em relação a isto. Portanto gostava agora de ouvir a sua resposta relativamente a esta matéria." -----

Pelo senhor **António Ramos Preto**: -----

"Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal.



Senhora Presidente penso que no que toca a algumas questões que aqui foram referidas hoje eu tinha só 3 apontamentos. -----

Primeiro apontamento para a questão levantada pelo nosso colega João Paulo Castanheira, em todos os órgãos deliberativos que tomam decisões, seja a Assembleia da República, seja a Assembleia Municipal da Amadora ou outra, pode haver erros, erros entre aquilo que é aprovado e aquilo que é publicado. Há aqui, parece, segundo deduzi das palavras do nosso colega João Paulo Castanheira uma alteração de 20 horas para 24 horas, portanto há ali um erro de um 0 para um 4, de 24 para 22, portanto há um erro num dos algarismos. Obviamente que isso está na Lei como é que isso faz, corrige-se, obviamente tem que haver uma correção. Agora penso que é exagerado, para não classificar de outra maneira, os termos que aqui referiu no que toca digamos, ao desrespeito do executivo pela vontade da Assembleia Municipal. Acho que é excessiva, porque então qualquer proposta de Lei do Governo que fosse submetida à Assembleia da República e que às vezes é aprovada e que depois é publicada com erros, como se sabe há retificações, retifica-se o que está errado. Agora tecer considerações dessas e depois ainda vir o Partido Comunista também dizer que concorda perfeitamente com a sua intervenção é que eu fico completamente então, esse então é que eu não quero classificar, nem sequer quero classificar, enfim, pelo que isso revela essas afirmações, porque, o modo como revela, nem quero classificar. -----

Em segundo lugar, outra questão que aqui foi referida, peço desculpa estou com uma dor de cabeça terrível, e pedia ali ao nosso amigo Carlos, nas próximas intervenções por consideração só para comigo fosse, não é pela sua intervenção, já tinha dor de cabeça. -

A segunda questão senhor Presidente, com a sua tolerância, que eu queria referir tem a ver com a segunda questão que aqui foi referida pelo Carlos, já nem me lembro, José Afonso, com o José Afonso, ainda bem que o Carlos referiu o José Afonso, porque se comemora hoje os 30 anos da morte do José Afonso, eu, como a maior parte daqueles, muitos dos que estão aqui, tiveram o privilégio de conhecer o Zeca Afonso, uns pessoalmente outros não pessoalmente, só de o ver atuar publicamente e de ouvir as suas canções, a maior parte deles, eu sou um daqueles privilegiados que ocorre a poucas gerações, a minha geração é aquela que tinha 18 anos quando foi a revolução, e portanto eu tive esse privilégio de ter 18 anos quando aconteceu a revolução de 74, e tive o privilégio também de no dia 29 de Março de 74, no 1.º Encontro da Canção Portuguesa ter assistido no Coliseu, a poucos dias antes do 25 de Abril, àquele grande momento que foi digamos a intervenção de toda aquela gente, que eram mais de 5 mil



peçoas, que terminaram aquela grande apresentação com, irmanados na voz com o Zeca Afonso, onde se cantou a Grândola Vila Morena. E o Zeca Afonso está ligado à cidade e portanto hoje tínhamos que prestar aqui, fazer aqui esta evocação, mas está ligado à cidade, está ligado principalmente à liberdade, à liberdade e à cidadania. Nunca se deixou calar, nem nunca se deixou comprar, por quem quer que seja, e por isso é que é uma referência para todos nós. -----

Em terceiro lugar as demolições que aqui foram referidas. Bom e sobre este aspeto eu queria fazer aqui uma reflexão um bocadinho mais profunda. Quando a nossa querida colega do Bloco de Esquerda vem aqui dizer que a Amadora, apareceu agora na Amnistia Internacional como um dos buracos negros de Portugal, a nossa colega devia-se perguntar porque é que ainda isso é notícia na Amadora? Querida colega, porque é que isso é notícia? Porque se calhar alguém durante anos não fez o trabalho de casa, porque se tivesse feito o trabalho de casa, se calhar não havia buracos negros nesse particular. Depois temos aqui conceitos diferentes, sobre o que é a imanente dignidade da pessoa humana, parece que para alguns a imanente dignidade da pessoa humana é manter as pessoas a viver em barracas, 5 ou 6 pessoas num quarto fechado, com fezes, com chichi, sem as crianças poderem ter educação. Não é demagogia, é o que você costuma fazer aqui, e não me interrompe que eu não lhe dou o direito de me interromper, porque o senhor grita, mas eu também sei gritar, o senhor é que é demagogo quando quer aqui, portanto tenha atenção quando lança pedras aos outros, pense nas barracas que o senhor e o seu Partido mandaram fazer aqui na Amadora, até madeiras davam para que as pessoas vivessem nessa imanente dignidade da pessoa humana. O senhor a mim, o senhor a mim senhor Deputado não dá lições de dignidade da pessoas humana, não tem esse poder. Senhor Presidente eu acho que posso intervir, nunca interrompi este senhor Deputado, eu sei que lhe dói, mas também já estou farto de o aturar, e de ouvir as coisas que ele diz, portanto senhor Presidente temos que ter aqui um *balance* ou um *check balance* já que não há nos Estados Unidos, peço ao senhor Presidente para o fazer.... " -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

"Senhores Deputados, senhores Deputados, senhores Deputados, vocês tratam-se tão bem com tanto carinho, meu caro amigo e de repente ..." -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----



“Senhor Presidente aqui não é uma questão de carinho, é uma questão séria, senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

“Senhor Deputado não está a falar com o Carlos, não é?” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Pois não senhor Presidente, mas é uma questão séria não é de carinho.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

“Vamos fazer assim, eu acho, o debate é interessante, o calor não tem mal nenhum, mas há, enfim, há máximos, não é? Eu acho que se está a atingir os limites daquilo que não é normal numa Assembleia destas a forma como se dirigem um ao outro e por isso pedia que houvesse alguma contenção na linguagem, e alguma contenção do senhor Deputado Carlos Almeida em relação ao quando o outro Deputado está a falar naturalmente, o senhor Deputado terá oportunidade naturalmente a seguir poder voltar à carga sobre a matéria tem tempo. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Senhor Presidente pela grande consideração que tenho para com V. Exa. não me vou pronunciar sobre a sua intervenção. Senhores Deputados, é lamentável que se venha aqui, que se venha aqui lançar pedras a um Partido que está a tentar resolver a questão das barracas, em que é indigno que no século XXI, pessoas, nossos concidadãos continuem a viver na situação em que vivem. E portanto temos aqui conceitos diferentes de imanente dignidade da pessoa humana, nós queremos que as pessoas deixem de viver naquela situação. -----

E por isso apesar do Estado, do Estado ter deixado de apoiar como devia apoiar estas políticas públicas, não dando cumprimentos ao artigo 65º da Constituição, do artigo 65, lembrem-se da porta 65, o que é que isso quer dizer? Porta 65, é o artigo 65º da Constituição da República, nós também conhecemos. E portanto há um Município que não se demite do seu papel de fazer com que neste território haja efetivamente dignidade de todos aqueles que aqui vivem, e para isso é preciso recolocar as pessoas, retirá-las desses locais onde não é, eu gostava que essa senhora das Nações Unidas, que aqui tanto é invocada, eu gostava que essa senhora vivesse dois ou três dias



naquele, num daqueles sítios, e que pusesse os filhos dela a viver lá. Açam que uma criança que vive no 6 de Maio, nalgumas daquelas barracas tem condições objetivas para ser um cidadão de corpo inteiro no futuro? Para ir à escola, para aprender como os nossos filhos aprendem, para ser alimentado como os nossos filhos são? Para ter condições de dignidade humana como tem direito a ter? Nós temos essa obrigação enquanto sociedade, fazer com que eles tenham direito a essa imanente dignidade, como pessoas humanas que são, temos essa obrigação de não nos calar, temos essa obrigação com os impostos aqui da Amadora, já que o Estado se demite, contribuir para resolver esse problema, essa é uma obrigação de nós, é uma questão de cidadania e já que evocamos o Zeca Afonso, evoquemos também o Zeca Afonso que sempre lutou pela cidadania. E portanto o nosso dever, não é fazer desta questão uma guerra política, um lançar pedras, a nossa questão aqui, é de unirmo-nos da melhor maneira de encontrarmos soluções para estas pessoas e dizermos à população também da Amadora, de forma frontal que vamos afetar parte dos impostos que pagam para resolver o problema destas pessoas. Temos de dizer isso, não fazer disto demagogia, não fazer disto demagogia, temos que nos unir. Quanto à Resolução da Assembleia da República, eu conheço o Projeto de Resolução senhora Deputada, eu conheço o Projeto de Resolução da Assembleia da República que vai ser aprovado, espero que seja aprovado, e a senhora Deputada também deve conhecê-lo, e esse Projeto de Resolução, como sabe, diz coisas que nós também queremos que sejam ditas, e que sejam feitas, não é que sejam ditas é que sejam feitas, não é que seja aprovada uma Resolução indicativa na Assembleia da República e depois não se lhe dê andamento. Infelizmente há muitos anos, não se está a dar, que não se dá andamento, diversos Partidos, mas a Amadora independentemente de ser o PS que esteja no Governo Central, ou o PS apoiado pelo PC e pelo Bloco, ou o PSD e o CDS, a Amadora, esta Amadora com a atual Presidente e com o antigo Presidente, nunca ficou parada à espera que a Assembleia da República resolvesse. Investiu dinheiro do Município na resolução deste problema, isto é uma verdade, é só ver as contas e o que se tem investido, é uma verdade. E eu sinto-me orgulhoso por ter pertencido nos últimos 20 anos a esta Assembleia Municipal e ter apoiado sempre o esforço dos Presidentes, dos dois últimos Presidentes, no sentido de resolver este problema. -----
Portanto estamos a discutir aqui, uma questão política séria, e se hoje faço esta intervenção, é que estou cansado de demagogia que aqui é feita sobre esta questão, evocando a ONU, a Amnistia Internacional, mas nós somos alguns mentecaptos? Nós



somos alguns indivíduos sem consciência que precisamos que venha uma relatora da ONU ou uma relatora da Amnistia Internacional tratar dos problemas que a cidade da Amadora tem? Nós temos alguma cápsula de minúcia, para me virem dizer como é que se resolve o problema da Amadora? Não, nós temos é de o resolver, e continuar a resolvê-lo, fazendo como a Presidente, aqui tem, diversas vezes tem explicado, que cada situação que é tentada resolver, se encontra uma solução para ela, numa maneira no quadro do PER ou de uma outra maneira fora do quadro do PER. E todas as situações tem sempre, atendimento, consulta, procura de soluções. Todos gostávamos de ter casas feitas para acabar com as barracas imediatamente e transpor? Sim todos queremos isso, nenhum de nós aqui, seja do PC, do Bloco, do PSD, do CDS ou do PS, não gostaria que isso acontecesse, agora se calhar em vez de estarmos aqui a lançar pedras, a evocar as ONU's e as Amnistias Internacionais, se calhar era melhor irmanarmos com o executivo e dizer, como é que acabamos com o flagelo das barracas na Amadora, para não aparecer novamente nos relatórios da Amnistia Internacional? Senhores Deputados, façamos isso, é isso que se calhar a Amadora nos agradece." -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal:** -----

"Senhor Deputado Ramos Preto, com respeito que tenho pelos membros da Assembleia Municipal, não vou comentar aquilo que o senhor Deputado disse à pouco, é só por causa disso, ok." -----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira:** -----

"Muito obrigado senhor Presidente. Passou-me à pouco um outro tema, muito breve, que queria colocar à senhora Presidente da Câmara, tem a ver com o Parque Aventura, senhora Presidente da Câmara. E eu, confesso o meu receio em trazer aqui este tema, porque cada vez que há uma crítica da Bancada do CDS a alguma coisa que acontece, enfim, alguma coisa de pior acontece a seguir e portanto eu tenho medo que mande fechar o Parque Aventura ou que mande aterrar a Ribeira da Falagueira, mas ainda assim arrisco, ainda assim arrisco. Também não sei senhora Presidente da Câmara, se aqui será uma instalação artística modernaça do senhor Vereador Gabriel Oliveira, creio que não, creio que não, mas eu queria dizer senhora Presidente da Câmara, que há mobiliário espalhado na Ribeira da Falagueira, no meio do lixo, e há muito lixo, muito plástico, muito papel, muito lixo, há mobiliário, eu tenho aqui, trouxe-lhe aqui senhora Presidente da Câmara, uma fotografia de uma garbosa poltrona, que está por ali, e por



ali vai estando, instalada naquela instalação artística do Parque da Ribeira da Falagueira ou do Parque Aventura. E eu diria senhora Presidente da Câmara, que sendo uma vez mais seu amigo, e tenho sido várias vezes ao longo das últimas Sessões, acho que em ano de eleições, seria útil e vantajoso dar uma limpeza àquela sujeira que se alimenta, que se acumula por ali e se calhar até mandar retirar a poltrona, embora eu acho que até é engraçado, mas enfim, convenhamos que ficaria melhor sem ela. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----

Pela senhora **Presidente da Câmara**: -----
“Muito obrigada senhor Presidente. Começando por esta questão do Regulamento, em primeiro lugar permitam-me, senhor Deputado João Paulo Castanheira e o senhor Deputado Carlos Almeida, o senhor Deputado Ricardo do Carmo, mas particularmente o senhor Deputado João Paulo Castanheira e o senhor Deputado Carlos Almeida, que eu acho que não é forma de se dirigirem a mim enquanto Presidente de Câmara. Não somos da mesma força política, naturalmente, mas nunca em nenhum momento, quer relativamente a um ou outro senhor Deputado, eu enquanto Presidente de Câmara desrespeitei as vossas funções enquanto Deputados Municipais. Podemos ter as nossas divergências, podemos muitas vezes ser acalorados na discussão, mas se há uma coisa quer no trato pessoal que tenho, absoluta consciência disso e faço com genuinidade, e quem me conhece sabe que o faço dessa forma, não me podem acusar de não respeitar nem as forças políticas nem a Assembleia Municipal. Nunca o fiz, não é o meu tom, não é naturalmente como sabem ao longo de muitos anos já de convivência nalguns casos ainda como deputada municipal, depois como vereadora, agora como Presidente de Câmara. Alguns de nós já vamos fazendo um percurso de 16 anos, 20 contando com o meu mandato na Assembleia Municipal, e sabem que sempre respeitei todos, no respeito pelas nossas diferenças mas que nunca desrespeitei, principalmente enquanto Presidente de Câmara, e independentemente de e por vezes se calhar mais vezes que o deputado Carlos Almeida, termos alguns momentos acalorados. E por isso pedia-lhe senhor deputado que, naturalmente pudessem reconsiderar o tom e a forma como fizeram as afirmações.-----



Depois relativamente a esta matéria eu sou de tal forma transparente, muitas vezes para meu mal, que acho que perceberam naturalmente o meu ar de espanto quando o senhor Deputado colocou essas questões. De imediato a senhora Vereadora Rita foi tentar perceber, que é difícil a esta hora como imaginam, o que é que teria acontecido para ter eventualmente existido um lapso relativamente à publicação. Não vos consigo dizer agora, naturalmente. Como imaginam desejaria que nunca tivesse acontecido, espero que não venha em momento algum pôr em causa o respeito que enquanto Presidente de Câmara, e que este executivo, mas particularmente, eu, porque foi a mim que se dirigiram tem por todas as forças Políticas com assento na Assembleia Municipal e dizer-vos que naturalmente, independentemente das notas que dei a seguir iremos perceber, amanhã, e mesmo de manhã o que é que aconteceu. Só pode ter sido um erro de publicação, naturalmente nunca me passaria pela cabeça alterar o que quer que fosse que tivesse sido deliberado na Assembleia Municipal. -----

E posto isto e pedindo, naturalmente, e assumindo a minha responsabilidade e pedindo naturalmente desculpa por não vos conseguir neste momento clarificar, dizer-vos que obviamente não está, nem nunca estará em causa o respeito que tenho por toda a Assembleia, e em particular pelos dois Deputados, os três que colocaram as questões da forma que colocaram. -----

Relativamente a esta questão do Regulamento ou do fecho dos estabelecimentos. Há aqui um conjunto de mal entendidos também, desculpem o termo, relativamente a este processo. Obviamente que não passou pelo espírito da Câmara, nem pelo meu espírito enquanto Presidente de Câmara, fechar todos os estabelecimentos às 10 da noite, como devem por certo imaginar, posso estar um bocado cansada, naturalmente, a idade também já não vai perdoando, mas ainda não endoideci de vez, acho eu, espero eu, e acho que não. O que existe de facto e é verdade e foram essas as indicações que foram transmitidas pelos respetivos serviços, ninguém está a multar ninguém, ninguém está a fechar nenhum estabelecimento, não é verdade que as pessoas tenham que pagar uma taxa para estarem abertas mais 3 horas. Nada disso corresponde à verdade, nenhum estabelecimento foi multado, nenhum estabelecimento foi encerrado, temos absoluta certeza disso. A Polícia Municipal começou a fazer um processo de charme no sentido de conhecermos, não senhor Deputado, eu retiro o charme, vá, para não dar confusão, retiro, retiro, retiro, sensibilização, vá, a palavra não foi a mais feliz, não, não é preciso senhor Deputado, se não o senhor Deputado teria que começar inúmeras vezes, e eu também nunca lhe pedi para começar inúmeras vezes, por isso vou só retirar o charme,



e respeito o que o senhor Deputado diz inúmeras vezes. No sentido de informar que tinha existido uma alteração ao Regulamento que não obriga nenhum estabelecimento a fechar às 10 da noite, e é isso que temos que perceber o que é que aconteceu relativamente a esta questão, eu tenho o documento de serviço à minha frente, isso tenho comigo o resto eu não consigo de facto neste momento responder-vos, mas clarificando aqui que não há nada fechado, nada multado, nada a dizer que daqui a um mês tem que encerrar, nenhuma dessas situações. -----

Obviamente que perante o que os senhores Deputados acabaram de colocar o processo está suspenso, a partir deste momento, até eu avaliar em concreto o que é que se passou relativamente à publicação do Regulamento. Porque acho que é isso que neste momento devo fazer enquanto Presidente de Câmara. Temos que suspender de imediato, e são essas as indicações que vão ser dadas e serão naturalmente prestados todos os esclarecimentos que são devidos e que são legítimos e que são necessários prestar à Assembleia. Acredito que só pode ter havido aqui um erro de publicação. No entanto relativamente a esta matéria é este o meu compromisso e o que assumo relativamente à Assembleia Municipal. Até porque como vos disse e volto a dizer e não há nenhum senhor Deputado que possa dizer que a Câmara ameaçou fechar, que a Câmara foi lá para encerrar, nada, não se fez nada disso, nas situações que se visitou os estabelecimentos de restauração e estabelecimentos que estão abertos até mais tarde, até porque naturalmente, tal como terá acontecido com os senhores Deputados, assim que foram pedidos esclarecimentos pelo Correio da Manhã relativamente a uma queixa que foi feita exatamente ao Correio da Manhã, nós próprios fomos tentar perceber o que é que estava a ser feito no terreno para gerar todo este processo e depois é daí que se gera toda esta empolgação. Por isso não há nada fechado, ninguém vai fechar nenhum estabelecimento, nunca estive no espírito da Câmara fechar nenhum estabelecimento relativamente a esta matéria. -----

Depois deixem-me colocar outra questão, que já tive tempo aqui para respirar e tentar não responder ao senhor Deputado Carlos Almeida à letra, como me estava a apetecer mas não vou, não vou fazê-lo por uma questão de respeito, não o faço, naturalmente. -- Demolições, que eu não gosto de lhe chamar demolições, falamos do processo de cumprimento do Programa Especial de Realojamento, que foi criado em 1993, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, já todos conhecemos bem este processo, o Município da Amadora foi o último a assinar o Contrato Programa, e num território com 24 Km² de área, partimos de uma realidade de 34 Bairros degradados e cerca de 26 mil



peças a viverem em barracas. Mas este é o nosso ponto de partida, que depois só começou a ser efetivo, sobre o ponto de vista da erradicação dos bairros e das condições, e há aqui uma questão que eu não posso deixar de o dizer. Eu não acredito que nenhum de nós que esteja nesta sala, e que conhece bem, como muitos de nós que estamos aqui conhecemos, ou porque crescemos a ver crescer os bairros, ou porque por questões profissionais e no exercício do nosso desempenho político ao longo de vários anos, tivemos por exemplo que estar no 6 de Maio, eu não acredito sinceramente, que nenhum de nós que esteja aqui sentado, entenda particularmente relativamente aquele bairro, que sobre o ponto de vista das condições de habitabilidade sempre foi o bairro com piores condições de habitabilidade, que seja aceitável que em pleno século XXI, as pessoas vivam nas condições em que se vive no bairro 6 de Maio. -----
Politiquices à parte, intervenções à parte, calor da discussão à parte, eu tenho a certeza absoluta que, se cada um de nós, connosco próprios colocar essa questão e olharmos para dentro de nós, não acredito que nenhum de nós se reveja naquelas condições de habitabilidade. E é isso que a Câmara continuará a fazer, a trabalhar, a investir, porque não fazemos mais do que é a nossa obrigação, e do que é aquilo que já devia ter sido começado a ser feito em 1993 quando assinámos o Programa Especial de Realojamento, do que erradicar estes Bairros e continuar a dar cumprimento ao Programa Especial de Realojamento. -----
Mas vamos a dia 7. Quatro situações no dia 7, e eu relembro, relativamente ao Bairro 6 de Maio, os processos de atendimento aos agregados começaram em 2015, senhor Deputado, não são feitos por mim, não são feitos pela senhora Vereadora, são feitos por muita gente, por muitos técnicos, muitos dos senhores Deputados que aqui estão conhecem e que sabem, que tem uma extrema dedicação à cidade, e estas áreas que não são fáceis, são áreas muito difíceis, como todos imaginamos, de trabalhar. Quatro referências, referência número 28, tinha um contrato de arrendamento assinado com a Câmara Municipal da Amadora, desde o dia 2 do 8 de 2016. A referência 28 e os anexos, particularmente os anexos estavam desocupados, e por isso não há nenhum motivo para ninguém ter ficado na rua, aliás, volto a dizer, disse ao senhor Secretário de Estado, à senhora Secretária de Estado, ao senhor Presidente do IHRU, na Assembleia da República, na Comissão, que me digam até hoje, quem é que ficou na rua, quem é que ficou ao relento, a dormir na rua, a dormir na rua, na rua, na rua ao relento durante a noite? Mesmo relativamente ao centros de acolhimento, houve uma única vez, e não foi agora no dia 7, que nunca se esperou, também não gosto, não gosto enquanto



Presidente de Câmara e não gosto enquanto amadoreense, senhor Deputado não gosta mais da cidade da Amadora do que eu. Também não gosto de abrir os telejornais, e não gosto logo de manhã, me chegarem os recortes de imprensa ao email e ver que a Amadora é notícia pelos piores motivos. -----
Porque se há órgãos de comunicação social que estão disponíveis para ouvir as duas partes, e para depois tirarem as suas conclusões, há outros que o não estão, e que mesmo ouvindo as duas partes deturpam aquilo que é dito, porque se dissessem a verdade não vende. Não é sensacionalista, não vende, e nós também sabemos como é que a comunicação social funciona relativamente a estas matérias. Mas vamos à situação de dia 7, referência 28 e eu não vou dizer aqui os nomes das pessoas, tinham contrato de arrendamento com a Autarquia, num bairro municipal, porque era um agregado PER. Referência 142, com morada nas Águas Livres, foi atendido diversas vezes pelos serviços. Referência 62, desculpe 162, com residência e todos os documentos em Alfragide, tudo, e neste caso em concreto, não, não é neste, é no outro a seguir, exatamente, referência 161, por isso foram 4 situações, beneficiária de um Programa Especial de Apoio ao Realojamento, uma vez que era um agregado PER. -----
E estas foram as 4 situações de dia 7 senhor Deputado, e por isso estou tão tranquila hoje enquanto Presidente de Câmara, relativamente a estes processos, como estava no dia 7, com a mesma determinação, o mesmo empenho em continuar a fazer o esforço financeiro que a Câmara tem feito nos últimos anos nesta matéria e com a mesma convicção, que estou a fazer o melhor para as pessoas e o melhor para a nossa cidade, da mesma forma, sem pressas, mas com a mesma tranquilidade e com a mesma determinação. -----
Vamos à Recomendação, o senhor Deputado e a senhora Deputada, com toda a legitimidade, colocaram a questão como é que via a Recomendação? Senhor Deputado eu tenho estado sempre, ou melhor a Câmara tem estado sempre disponível para todas as entidades e organismos que nos chamam relativamente a esta matéria, todas, tenho pena, que quer a ONU, quer a Amnistia Internacional, não tenham querido falar com a Câmara, porque acho que é destes diálogos, também, que construímos soluções melhores, quando nós queremos construir soluções dialogamos senhor Deputado, não criamos muros, criamos pontes. É isso que fazem as organizações que querem ajudar quem está no terreno, não arranjam barreiras, resolvem e tentam encontrar, há sempre um ponto de contacto, por muito difícil que ele pareça existir, mas ele existe sempre, é preciso é que estejamos disponíveis para ouvir todas as partes e para dialogar. -----



E tenho muito sinceramente muitas dúvidas da disponibilidade destas organizações neste processo, quando nunca estiveram disponíveis para conversar com a Câmara, quando a Câmara sempre se disponibilizou, eu estava cá, mais a senhora Vereadora às 9 da manhã, no dia combinado. Porque é que não quiseram conversar com a Câmara? Já estavam esclarecidos? É assim que construímos soluções? É só ouvindo uma das partes, ou já tinham ouvido todas as partes que interessava ouvir? E a cidade que cresceu com este problema, e que se empenha em resolver este problema não era importante ouvir. Porque todos os que estamos aqui tivemos responsabilidade no processo, com exceção do Bloco de Esquerda, todos passamos pela gestão desta casa, todos temos responsabilidade, todos temos a obrigação de trabalhar para construir uma solução, despindo-nos daquilo que são, muitas vezes as nossas ideologias políticas, senhor Deputado, porque muitas vezes os interesses das cidades sobrepõem-se àquilo que são os nossos interesses políticos, é isso que é gerir cidades, senhores Deputados, não é só para si senhor Deputado Carlos Almeida. E por isso dizer-vos, que relativamente à Recomendação, entendemo-la como isso mesmo, tivemos acesso a ela, participámos, nem na Comissão nos criam ouvir, "se quiserem mandem lá um email". Eu disse, não senhora eu quero ir à Comissão, eu quero ir ao Grupo de Trabalho, quero estar lá às 10 da manhã. Agora não estou disponível é para "efe erre às" e por isso disse quero, não, vou lá, é à porta fechada, porque quero estar, quero poder contribuir para este processo, não é para o show-off senhor Deputado, e era porreiro, eu até falava da Assembleia da República, estavam lá as televisões todas à minha espera. Eu disse, não, não presto nenhuma declaração, estamos aqui para construir soluções, para construir caminhos, e podia ter palco no telejornal da 1 da tarde, nas 8 da noite, mas não é para isso que eu estava ali. Estava ali para ajudar a construir uma solução, e a Recomendação é isso mesmo, a Recomendação tem muitos pontos positivos. Porque as questões da habitação não se resumem ao 6 de Maio como todos sabemos, resumem-se a todo o país, ao parque privado que o senhor Deputado questionou, muito bem, quantos pedidos de habitação temos? Temos mais de mil, senhor Deputado. Está a ver, até estava aqui na informação escrita da Presidente. Mas, nós temos uma base de pedidos de habitação extra PER e extra todos os processos. Neste bairro, em concreto, do 6 de Maio, temos de cerca de 54 habitações PER ainda no terreno e cerca de 25 de situações não PER, e depois temos mais bairros, e depois temos uma cidade com "n" pedidos de habitação, que ultrapassam os mil pedidos de habitação e podemos dar atualizados esses dados, peço desculpa, não tive tempo, agora já aqui na Assembleia,



de verificar depois da intervenção do senhor Deputado se estava no relatório. E, por isso, disponível para todos os caminhos que o Governo quiser fazer relativamente a esta matéria. Todos! Desde que, naturalmente, não podem ficar unicamente nas costas da autarquia, porque não é possível. -----

O senhor Deputado não consegue gerir uma cidade e erradicar os bairros todos com 90 milhões de euros. Não é possível! O senhor Deputado sabe isso, já esteve próximo da decisão autárquica. Não é possível! Agora venham os programas habitacionais, venham os financiamentos, venha o pagamento de execução do PER que não veio. Com certeza que sim, a Câmara estará sempre disponível para todas as soluções. E, este documento é isso mesmo, é uma Recomendação ao Governo, e nós aguardamos serenamente o que o Governo pretende fazer relativamente a esta matéria. Agora a Câmara tem autonomia administrativa e financeira, tem um Programa Especial de Realojamento para cumprir, e tem uma cidade para gerir. E esta é uma das questões que eu nunca escondi em nenhum momento nas Assembleias Municipais, que entendia como absolutamente determinantes relativamente, e já passámos por processos muito mais difíceis que o do dia 7. Dia 7, estamos muito tranquilos relativamente a dia 7. Por momentos muito mais difíceis nos últimos 4, 5, 6 anos, e continuaremos a fazer o nosso caminho, venham as decisões depois da resolução, entenda o Governo dotar o Orçamento de Estado, agora não é com 3 milhões, 3 milhões não resolve o nosso PER, quanto mais os pedidos de habitação, quanto mais os não PER. Sejam tomadas as medidas que se entender envolvendo os organismos, mas responsabilizando a Administração Central. -----

Este processo possivelmente deveria ter sido logo de início, a solidariedade entre municípios é muito bonita, mas depois está bem, porque num território com 24 km², obviamente, que esta situação ia demorar tempo e é sempre difícil de conseguir resolver. E, não é com os 3 milhões que estão inscritos em Orçamento de Estado, nem com 6, nem com 9, nem com 10 vezes se calhar o 9 atendendo ao que está, mas é um caminho que se faz e nós estamos sempre disponíveis para todas as soluções. -----

E, relativamente às questões do IHRU, senhor Deputado, dizer-lhe o seguinte, nós temos um Plano Integrado do Zambujal, que o senhor Deputado conhece muitíssimo bem, que o IHRU desconhece em absoluto, porque esteve sem controlo desde as pessoas que foram alojadas como o senhor Deputado bem sabe. A última estimativa que nós temos é da altura do "Zambujal Melhor" e recorro que foi feito fogo a fogo. Na Amadora tem 98 habitações, salvo erro, no Zambujal, 98 ou 99, e já na altura, eu recorro-me quando o "Zambujal Melhor" veio à Assembleia, termos falado sobre essa



questão, mais de 60% das habitações ou foi venda de chaves, ou nunca pagaram rendas, ou não têm contratos de arrendamento, ou foi ocupação. Agora dizem-me que vão passar isso para as autarquias. Vamos ver. Mas todas as casas que o IHRU, ficam devolutas, a Câmara faz duas coisas, obras e afeta a realojamento. Aliás, já no mandato passado foi aprovado um protocolo com o IHRU, em câmara, exatamente por esse mesmo processo. Qualquer habitação que o IHRU tenha no Plano Integrado do Zambujal, que é o sítio onde têm habitações, a câmara fica com a chave, faz as obras do fogo para estarem em condições para receber uma família e atribui a uma família PER. Por isso, senhores deputados, dizer que relativamente a este processo vamos ver o que vai acontecer relativamente à Recomendação, está no início um caminho que acho que é interessante para o país, é importante para a Amadora. Espero que seja possível que daqui, que desta proposta de recomendação que saia algum trabalho que seja possível o Governo encetar com os Municípios, porque me parece importante, porque esta não é uma situação nova na Amadora, nós temos situações como todos sabemos. Temos as situações do Alentejo, temos as situações do interior, até para fugir dos grandes centros urbanos, temos o Ribatejo que tem muitos problemas habitacionais, como acho que o senhor Deputado saberá, nalguns núcleos em concreto, por isso, não é uma questão do 6 de Maio, não é uma questão da Amadora, é uma questão nacional. E, nós ao quereremos, de facto, de uma vez por todas resolver estas questões, ter uma boa política de arrendamento dos devolutos, que é absolutamente essencial, ter uma boa política de reabilitação que é absolutamente essencial, agora não podemos é compartimentar as coisas. Nós temos aqui um problema do 6 de Maio, não não temos, temos um problema no país, e temos um problema que se cruza com outros desafios que o país tem e que se cruzam na área da habitação e que se conseguirmos encarar estas coisas de uma forma aberta e transversal, se calhar, desta vez é possível fazer um caminho relativamente à habitação e às questões da habitação. -----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira, dizer-lhe naturalmente e agradecer-lhe, já tínhamos conhecimento dessa situação, não sei se hoje ainda durante a tarde foi possível retirar, mas sei que será retirado entre amanhã e segunda-feira, temos feriado na terça, mas já tínhamos nota dessa situação e, obviamente, se não foi ainda, porque não tenho ainda essa confirmação, mas será obviamente limpo e retirado. Muito obrigada, senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira** (Pedido de Esclarecimento): -----



“Muito obrigado senhor Presidente. Senhora Presidente da Câmara, em primeiro lugar, dizer-lhe que tomou a decisão certa ao mandar suspender de imediato a aplicação deste Regulamento, que afinal não é bem aquilo que foi aprovado. Queria dizer-lhe que como sabe e como imagina, quis vi-lo dizer aqui que não tem, não teve na minha intervenção nada de pessoal em relação a si. Nunca referi que a senhora Presidente da Câmara faltou ao respeito à Assembleia Municipal, porque não é isso que aconteceu, nunca aconteceu isso, portanto, queria dar-lhe esse testemunho. Não foi isso que eu disse e, aliás, queria referir aqui os termos em quem iniciei, e que está gravado, a minha intervenção, foi dizer que: “... tomo por erro de publicação, porque a não ser assim seria...” Foi assim que eu referi, não é? -----

Eu sobre a questão da polícia e da ação de charme, que a senhora Presidente depois corrigiu, eu devo dizer-lhe que essa ação e depois a outra expressão que não me recordo agora, foi uma ação que lançou o pânico em muita gente nesta cidade, que tem a sua vida organizada, que tem os seus negócios, que tem muita gente, muitos funcionários. Isto mexe com muita coisa e a senhora Presidente entenda, se me dirigi e se intervi da forma que o fiz, foi porque isto é um assunto sensível e que mexeu com muita gente e que causou-me a mim muito espanto como é que se pública, de facto, 509 páginas exatamente iguais à deliberação e há um algarismo, principalmente nesta matéria sensível, que é trocado, portanto, isso causou-me, de facto, alguma consternação, digamos assim e, portanto, foi nesse âmbito que eu me referi a esta matéria. -----

E, eu queria perguntar-lhe e esse é o meu pedido de esclarecimento, senhora Presidente da Câmara, para lá da suspensão, a confirmar-se o erro, e eu digo a confirmar-se o erro, que me parece que é evidente, mas a confirmar-se o erro, queria-lhe perguntar, porque há, de facto, esse pânico. Só para lhe dar nota, não referindo de onde, tive ainda há pouco tempo, hoje, há bocadinho mesmo, a confirmação de um empresário de restauração que foi hoje visitado pela segunda vez pela Polícia Municipal. Sim! Foi visitado hoje pela segunda vez, e que a minha pergunta é esta: vai pelos mesmos meios informar as pessoas que foram visitadas de que afinal não é assim, que as pessoas podem ficar tranquilas? Porque, de facto, há aqui uma situação de intranquilidade geral e de algum pânico em muita gente nesta cidade. Eu penso que carecerá necessariamente de um aviso às pessoas pelos mesmos meios, de que afinal não é assim como estava a ser dito. Muito obrigado senhor Presidente.” -----



Pelo senhor **Carlos Almeida** (Pedido de Esclarecimento): -----
"Muito obrigado senhor Presidente. Eu ainda tenho tempo e um bocadinho, portanto, usarei para tratar um bocadinho a questão da habitação. Esta era sobre a questão do regulamento e da restauração. Senhora Presidente, eu tomei boa nota, evidentemente, da intervenção que fez. Eu não creio francamente que nenhum Deputado nesta Assembleia tenha beliscado a sua dignidade e o modo como se relacionou com a Assembleia, que, do meu ponto de vista, e julgo que será opinião unânime desta Assembleia, sempre foi muito correto e de toda a cordialidade e, portanto, não é isso que se trata, e tomo evidentemente e acho que tomou a decisão certa. -----
Mas, senhora Presidente, eu tenho à minha frente a página do *facebook* do Município da Amadora. A página de *facebook* do Município da Amadora republica uma notícia do Correio da Manhã, cujo título é: "Cafés passam a fechar às 22 horas na Amadora". E, depois o texto do *post* do Município da Amadora, diz: "Mais se informa, que de acordo com o código regulamentar disponível para a consulta na página da internet da CMA, "Os exploradores dos estabelecimentos e desde que estes se encontrem em funcionamento há mais de 6 meses, podem solicitar à Câmara Municipal, fundamentando devidamente o seu pedido, a atribuição de um horário de encerramento mais alargado ao fixado no código regulamentar, o qual nunca poderá ultrapassar o máximo de três horas". -----
Ou seja, de facto, parece ser orientação da Câmara Municipal que estes estabelecimentos passem a encerrar às 22 horas. É o que aqui está escrito, é o que eu leio na página do *facebook* do Município da Amadora, que, aliás, repito, republica uma notícia do Correio da Manhã que diz que cafés passam a fechar às 22 horas. Portanto, seria de esperar, senhora Presidente, que a Câmara Municipal tivesse feito um *post* a dizer "notícias alarmantes que têm circulado apontando nesta direção não são verdadeiras, não correspondem à verdade. Portanto, a verdade é esta e teria a atitude de esclarecimento e de informação que aparentemente esta notícia não tem. Este *post* da página do *facebook* do Município da Amadora confirma o alarme que foi gerado entre os empresários da restauração relativamente a esta matéria, senhora Presidente. E, eu creio que isto justificaria uma explicação da parte da senhora Presidente e uma ação junto dos empresários da restauração, pública de informação e de esclarecimento dizendo que não é isto que se pretende. Muito obrigado." -----

Pela senhora **Deolinda Martin** (Pedido de Esclarecimento) -----



“Eu começo por sinalizar, que eu discordo da postura da redatora das Nações Unidas. Não o disse na reunião da última Assembleia Municipal e hoje quando intervi não o sublinhei. Discordo, acho que devia ter ouvido a posição e ter ouvido a Presidente de Câmara nesta matéria para ter as suas visões relativamente ao mesmo assunto. -----
Quanto à Amnistia Internacional penso que decorrerá de estudos que eles fazem com números, é uma instituição com alguma, portanto, reconhecimento e, portanto, penso que é por aí que eles construirão a informação. Vinha da Amadora relativamente às demolições e das prisões em Portugal, portanto, é o que eu penso relativamente a estes dois pontos. -----
Agora deixar aqui claro uma questão que em todas as intervenções que o Bloco de Esquerda fez nesta Assembleia Municipal foi sempre no sentido de dizer que não nos subscrevemos aquelas habitações. Não queremos ninguém a viver naquelas habitações. O que a gente vem aqui reivindicar e temos aqui sinalizado é a forma como aquelas pessoas são tratadas no ato da demolição e pergunto aqui à senhora Presidente, há listas com os bens que são retirados às pessoas das suas casas? Há? -----
Que vão para armazém eu sei, agora se estão devidamente identificadas em lista, as pessoas que contactei disseram que era tudo levado pela Câmara em molho, não há uma lista. -----
Há enfermeiros e psicólogos a acompanhar as demolições? No Algarve a gente viu que havia. Aqui também há? É a pergunta que eu também deixo aqui feita é porque foi neste sentido, é a forma como se tratam as pessoas que nós vimos aqui colocar. Não é propriamente, e depois quando diz que não está ninguém a céu aberto, eu sei que alguns foram realojados e de que forma foram, em casas de outras pessoas, porque não tinham para onde ir, não tinham resposta, senhora Presidente! Não tinham! E alguns eram colocados sob a possibilidade de ter uma casa, mas tinham de pagar uma renda cujo rendimento familiar não permitia assegurar. E, portanto, são estas as questões que o Bloco vem aqui colocar. Não é para fazer parangonas de jornal. Eu não faço disto, não faço da vida das pessoas um circo. Não faço! Recuso-me a fazê-lo! Agora onde eu estiver e vir que há problemas desta natureza, eu pergunto, eu falo, eu denuncio.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----

Pela senhora Presidente de Câmara (Resposta aos Pedidos de Esclarecimentos): ----



“Peço desculpa senhor Presidente percebi que era um pedido de esclarecimento. Sim senhora, muito obrigada senhor Deputado já estou esclarecida. -----
O senhor Deputado, bom vamos começar pela senhora Deputada Deolinda e pelo Relatório da Amnistia Internacional. O Relatório da Amnistia Internacional senhora Deputada tem uma página, não sei se pode-se chamar uma página, uma página relativamente a Portugal e tem direitos da saúde, as condições nas prisões, refugiados emigrantes, e no que diz respeito a Portugal a refugiados e emigrantes, direitos de refugiados emigrantes, desculpem estava a fazer mal a tradução, tem três parágrafos sobre Portugal e o último parágrafo é sobre a Amadora. Como se estas questões só acontecessem na Amadora e este é o Relatório da Amnistia Internacional. -----
Bom, depois sobre esta questão das demolições, senhora Deputada, não tenho a menor dúvida porque conheço, sei a forma de estar da senhora Deputada estes anos todos e também tenho a certeza que nem a senhora Deputada, nem ninguém que está nesta sala, tenho a certeza absoluta, naturalmente se revê naquelas condições de habitabilidade, que de facto, não são condições de habitabilidade. -----
Relativamente ao acompanhamento que é feito no dia, há sempre, estamos informados, naturalmente, temos proximidades com recurso se necessário for, também não temos um concelho com 300 km² de dimensão, temos um concelho com 24 km² de área. Mas, os técnicos da Câmara estão lá, como a senhora Deputada sabe, aliás, no dia que estiveram lá os senhores Deputados, só não se cruzaram, porque à hora que os senhores Deputados chegaram, perto das 3 da tarde, já estávamos numa fase final, isto no dia 7, quando foram estas 4 situações que à pouco referenciei. Quando chegou a senhora Deputada do Bloco de Esquerda e quando chegou a senhora Deputada Rita Rato, que acho que o senhor Deputado Pedro Soares chegou pouco depois da senhora Deputada Rita Rato sair, já os técnicos, já a diretora de departamento, já os técnicos não estavam, porque já estávamos numa fase final do processo de demolição. -----
Tranquilizá-la relativamente aos bens. Obrigatoriamente, e mesmo que não tivéssemos que o fazer, a Câmara tem de fazer uma listagem de todos os bens, a lei determina que durante 60 dias os bens ficam à guarda da Câmara. Sempre que é necessário, obviamente nós prolongamos o prazo. Não tem sido necessário ultimamente, mas é feita uma listagem de todos os bens relativamente a cada uma das referências. Exatamente por esse trabalho exaustivo, assinado pela senhora Vereadora, exatamente por esse trabalho moroso e exaustivo, quer da retirada dos bens, quer da própria inventariação dos bens que é feita em cada um dos momentos e que é sempre foi feito, não é só agora



no 6 de Maio, sempre foi feito, é que este processo também é tão moroso, porque nós temos de fazer, de facto, o registo de todos os bens. -----

Penso que os senhores Deputados inclusive estarão recordados, por detrás do nosso armazém, onde estão, da Divisão de Aprovisionamento, nos estaleiros municipais, construímos depois o armazém onde estão as coisas das demolições, definidas por referências, perfeitamente identificadas área por área e que a Câmara guarda, naturalmente, naquele espaço. A única questão que temos constrangimentos, tem a ver com as bilhas de gás, que, naturalmente, não podem ficar naquele espaço e à guarda da Câmara, tirando isso todos os bens estão identificados e estão sempre à guarda da Câmara. -----

Senhor Deputado relativamente e senhor Deputado João Paulo Castanheira também, se houve uma segunda visita, senhor Deputado, é porque há alguma situação que não tem a ver com o horário de funcionamento. Isso estou absolutamente segura relativamente a essa matéria. Se há uma segunda visita, é porque há ou queixas ou uma outra situação que não tem nada a ver com o horário. Estas questões, relativamente às questões do horário, naturalmente, não pode ter a ver com isso, senhor Deputado. Não sei qual é o estabelecimento, não faço a mínima ideia, se o senhor Deputado depois me quiser dizer, agradeço-lhe, até para perceber, mas não pode ter a ver com as questões de horário, seguramente. Isso, estou tranquila relativamente a essa matéria. -----

Relativamente às questões que o senhor Deputado Carlos Almeida volta a colocar relativamente aos horários de funcionamento, no meu espírito nunca esteve fechar a cidade às 10 da manhã, desculpe às 10 da noite, mas também lhe digo que não é o fecho. Até às 10 toda a gente funciona, a partir das 10 basta entregar um requerimento na câmara e se não houver nenhuma queixa na câmara continuam a laborar até à 1 da manhã. Ninguém ia fechar estabelecimentos senhor Deputado. Ninguém ia fechar estabelecimentos, isso nunca esteve no espírito deste processo. Como os senhores deputados sabem, agora há uma coisa que se chama licenciamento zero, que significa que a câmara só fiscaliza à posterior. Agora nunca se esteve no espírito, é entregar um documento e o estabelecimento não tem custos, não tem nada e o documento desde que não haja nenhuma queixa, desde que não haja nenhum processo na PSP, desde que não haja nenhuma questão está automaticamente autorizado a funcionar até há 1 da manhã. -----

Relativamente à publicação e à questão que os senhores Deputados colocaram, senhor Deputado não lhe posso dizer mais do que isto, assumirei a minha inteira



responsabilidade e dizer-lhe que amanhã de manhã vamos ver esta questão. Muito obrigada senhor Presidente.”-----

Pelo senhor Carlos Almeida: -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Tomo boa nota evidentemente do seu esclarecimento, mas há de concordar que aquela publicação na página do *facebook* complica em vez de ajudar a esclarecer a questão. Porque induz em erro, de facto, quem a leia. -----

Mas, senhora Presidente, eu quero começar por agradecer a forma tranquila como respondeu às questões relativas à habitação. Estou a dizê-lo sem nenhuma ironia. Porque eu creio que foi uma resposta de Presidente de Câmara, em relação à qual eu tenho muitas divergências. Mas, eu creio que foi uma resposta de Presidente de Câmara, no sentido de assumir responsabilidade do caminho que escolheu e tratar com as diferentes forças políticas essa questão de uma forma clara. Como é evidente, senhora Presidente, nenhum Deputado nesta Assembleia deseja que as pessoas vivam naquelas condições e, portanto, quem afirmar que alguém interessado em que as pessoas vivam naquelas condições, só pode estar a faltar ao respeito a esta Assembleia. Portanto, senhora Presidente, eu acho que o tom que a senhora Deputada usou para responder foi inteiramente correto e eu cumprimento-a por isso e repito sem nenhuma ironia, sem nenhuma ironia, discordando daquilo que a senhora Presidente disse em relação a algumas coisas. -----

Senhora Presidente, eu acho muito bem que a senhora Presidente tenha ido à Comissão Parlamentar. Eu gostava era que os moradores do 6 de Maio também pudessem ter ido à Comissão Parlamentar só que tinham uma rusga da polícia à porta, que as impediu de chegar à Comissão à hora que estava combinada. Mas, senhora Presidente, eu vou repetir aquela que é, sempre foi, a posição da CDU nesta matéria. Senhora Presidente eu vou repetir a posição da CDU nesta matéria. Nós sempre defendemos que o PER, o cumprimento do PER é uma dívida, é uma responsabilidade do Estado e uma dívida moral que o Estado tem com estas pessoas. O PER foi assinado em 1993, estamos em 2017. Perdão, sim em 1995, recenseamento é de 93, assinado em 95, estamos em 2017 e as pessoas ainda estão a aguardar o cumprimento de um contrato que o Estado assinou com essas pessoas. Agora, senhora Presidente, nós também sempre defendemos que era necessário que o Estado tinha a responsabilidade de encontrar resposta para as pessoas que não estavam inscritas no programa PER, porque, na



verdade, a situação que foi criada, ou seja, gente que vive nos bairros há 5, 10, 15 anos, depois da assinatura do PER, é uma situação que o Estado criou com o protelamento do cumprimento do PER. E nesta Assembleia nós sempre nos confrontámos, em relação a esta nossa proposta, com o silêncio. Mais, não só com o silêncio, mas com a crítica. E, portanto, senhora Presidente, eu verifico que aparentemente a senhora Presidente acompanha esta orientação que vai sair deste grupo constituído, do grupo parlamentar constituído para o efeito e da deliberação da Assembleia da República, senhor Presidente. -----

O que lamentamos é que, ao contrário de inúmeras sugestões que aqui fizemos, a Câmara Municipal não tenha tomado a liderança nesse processo, não tenha dado voz às pessoas que não tinham solução para os seus problemas e não tivesse assumido a sua responsabilidade em nome deles, em nome dos seus munícipes, porque estas pessoas são munícipes da Amadora. Em nome deles tivesse assumido a responsabilidade de protagonizar um esforço de sensibilização, de interpelação junto dos órgãos da República, no sentido de serem constituídos os programas de investimento necessários para resolver esta questão. -----

Aparentemente senhora Presidente, a senhora Presidente está hoje disponível para dar essa contribuição, subscreve a posição que a Assembleia da República vai aprovar e, portanto, saudamos essa posição, estou já a terminar senhor Presidente, esperamos evidentemente que isso produza rapidamente respostas, porque é de respostas que as pessoas precisam. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Armando Paulino (Presidente da J.F. Encosta do Sol)** (Pedido de Esclarecimento): -----

“Boa noite senhor Presidente, senhores da Mesa, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, caros colegas. -----

Senhor Deputado Carlos Almeida, com essa sua preocupação toda com a habitação social, diga-me por favor, porque é que a Câmara da Amadora, gerida à época pela CDU, foi a última Câmara a aderir ao PER, justificando em várias vezes nesta Assembleia, da qual eu fazia parte, e V. Exa. fazia parte de um gabinete importante na Câmara, justificando sempre que o atraso era para negociar melhorias, melhores condições para a Amadora. E, eu perguntava ao senhor Deputado quais foram essas melhores condições e o que é que a CDU fez durante os 18 anos que a CDU esteve a gerir a Câmara em termos de habitação social? -----



Pode-me responder mais tarde, não terá estes dados. Quantos fogos construiu? Enfim, que soluções protagonizou aquando do fogo da Ribeira da Falagueira? E o que a CDU pensou, e pensa hoje, que continua a ser um caso importantíssimo para mim, sobre a Brandoa que ignorou aquando do recenseamento do PER? E como dizem, e muito bem, é uma situação especial e deve ser tratada como tal. Gostava que me respondesse a estas três questões, por favor, senhor Deputado, porque na verdade senão vou ter de utilizar aqui uma frase que eu não gosto que é a tal da demagogia, como diz o poeta "demagogia feita à maneira". Obrigado."-----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Resposta ao Pedido de Esclarecimento):-----
"Muito obrigado senhor Presidente. O senhor Deputado devia ter ouvido a intervenção da senhora Presidente. A senhora Presidente disse há pouco que todos os grupos municipais têm responsabilidades na gestão da cidade. O senhor Deputado, mais do que, aliás, muitos dos da sua bancada, sabe, muitos dos senhores Deputados, o senhor Deputado, mais aliás, do que muitos dos que estão na sua bancada sabe, que a CDU teve maioria absoluta num único mandato. O senhor Deputado sabe que o pelouro da habitação foi em vários mandatos foi responsabilidade do Partido Socialista. O senhor deputado tem essa obrigação de saber. Quer que lhe diga os nomes? Eu não lhe vou dizer os nomes senhor Deputado, não lhe vou dizer os nomes. É verdade! Agora senhor Deputado. O ponto aqui senhor Deputado é este, nós, de facto, durante muito tempo reclamámos condições especiais para a Amadora e sabe, eu vou-lhe confessar uma coisa, com toda a franqueza, para mim foi uma enorme surpresa regressar a esta Assembleia Municipal e descobrir que o Partido Socialista tinha também aderido a esse discurso, porque já nem é a primeira, nem a segunda, nem a terceira, nem a quarta, nem a quinta, e a não sei quantas vezes que ouvi aqui a senhora Presidente ou Deputados do Partido Socialista dizer que, de facto, a Amadora é uma situação excecional e deveria ter sido tratada como uma situação excecional. -----
O ponto aqui, senhor Deputado, é este, é que enquanto a CDU tinha a Presidência da Câmara Municipal, que não a maioria da Câmara Municipal, quando nós dizíamos isto, a resposta era mais ou menos aquela que o senhor Deputado trouxe aqui agora, mas de todas as ocasiões, em todos os momentos, várias vezes em que a senhora Presidente ou algum responsável da Câmara Municipal aqui fizeram esta afirmação, da parte da CDU sempre contaram com a nossa solidariedade. E sempre contaram com o nosso apoio. Nós sempre defendemos, sempre dissemos em todas as circunstâncias, na Presidência



ou fora da Presidência da Câmara Municipal, que a Amadora requeria uma situação de exceção. Uma situação de exceção por várias razões, pela dimensão do problema que não tinha paralelo na Área Metropolitana de Lisboa, pela circunstância de ter sido um Município criado depois do 25 de Abril e, portanto, não tinha os recursos que qualquer dos outros tinha para enfrentar os problemas e porque tinha uma área de 24 Km², e portanto, com uma altíssima densidade demográfica e, portanto, com dificuldades em resolver essa questão. Nós sempre defendemos isto, senhor Deputado, sempre defendemos isto. -----

Relativamente, senhor Deputado, à Brandoa, o senhor Deputado é a última pessoa a poder fazer essa pergunta, porque o senhor Deputado sabe o que era a Brandoa no dia em que o Município da Amadora foi criado. Sabe! E sabe o que foi feito de intervenção de emergência, em condições extraordinariamente difíceis o que foi feito na Brandoa. O senhor tinha a responsabilidade de ter a humildade democrática de aqui vir sublinhar e reconhecer aquilo que em condições muito difíceis num Município que tinha sido acabado de ser constituído, quando este edifício tinha dois andares e o resto para cima era um edifício em bruto, mesmo assim nessas condições, aquilo que foi feito relativamente à Brandoa. O senhor Deputado era a última pessoa que podia aqui ter falado nesse assunto. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara. -----
Senhor Presidente, parte da minha intervenção está esgotada pela intervenção, pelos esclarecimentos que aqui a senhora Presidente da Câmara já prestou aqui nesta Assembleia, mas eu queria, caros colegas, alertar-vos para uma resolução da Assembleia da República que aqui tem sido muito referida e parece que vai ser votada sexta-feira penso eu, esperemos, em que a Assembleia da República reconhece, a Assembleia da República, os senhores Deputados que prepararam esta resolução, reconhecem e recomendam, porque reconhecem uma realidade e recomendam ao Governo o quê? Entre outras coisas, que me dispense aqui de referir, que é mais estudos, mais análises, recomendam que em estreita colaboração com os municípios o Governo incremente a oferta pública de habitação social e preveja formas diversificadas de financiamento para o efeito. O que é que os senhores Deputados da Assembleia da República reconhecem ao recomendar isto? É que, efetivamente, não há oferta pública de habitação social e as formas de financiamento dos problemas de resolução dos



problemas do PER são escassas ou nulas, por isso ainda realçamos mais a valia do trabalho e da intervenção do Município da Amadora ao longo destes anos. -----
Depois recomendam ao Governo que o Governo disponibilize fogos para realojamentos que possam ser mobilizados para responder localmente às carências habitacionais mais prementes. Pois, estamos de acordo, isto já devia ser feito há muito tempo, mas só agora é que se propõe. E procura assegurar que em caso de demolição de habitações degradadas seja salvaguardada uma solução habitacional alternativa ou apoio social adequado para o efeito. Mas, propõe que o Governo faça, em colaboração com os Municípios. Portanto, assumem também que há aqui uma responsabilidade, como não podia deixar de ser, do Governo Central no tratamento destas questões da política de habitação. Acho bem que isto aconteça. Já devia ter sido era há 10 anos, já devia ter sido quando foi suspenso o PER. O antigo Presidente de Câmara em 2002, 2004, não sei, lembrar-se-á, penso que foi em 2002. E, portanto, colegas, o país teve carências, o Município da Amadora nunca desistiu. -----
Só uma nota já agora em termo de comportamentos porque eu acho que há pouco disse na minha intervenção, isto não deve ser objeto de arremesso. Senhora Deputada Deolinda, quis aqui comparar as demolições no 6 de Maio e as demolições que ocorreram lá em baixo, a forma e o processo são importantes e perguntou à senhora Presidente se havia lá médicos e psicólogos. Senhora Deputada, quantos Deputados é que estavam lá nessas demolições lá em baixo, no Algarve? Mas, quantos é que estavam? Não estava nenhum, senhora Deputada. Portanto, acho que deviam ponderar os diversos processos, eu não quero agora intervir mais sobre esta forma, aquelas barracas, aquelas casas, que não são barracas, estão a ser demolidas com intervenção do Governo Central com uma política estabelecida que já vem do anterior. Tudo bem! E continuam com o poder do Estado Central, com o enquadramento, mas não vi lá nenhum Deputado a reclamar.” -----

Pela Senhora **Presidente da Câmara** : -----
“Muito obrigada senhor Presidente. Começando pelo senhor Deputado Carlos Almeida e permita-me senhor Deputado não posso deixar de repor a verdade dos factos e é pena que quando lhe contam as coisas não lhe contem a verdade. O que o senhor Deputado disse aqui que no dia em que eu estive na Assembleia, que foi no dia 20 de janeiro, às 10 da manhã, tenho de consultar a minha agenda, isto depois fica em ata e já sei que você é hábil nestas matérias, 20 de janeiro, exatamente. Dia 20 de janeiro, às 10 da



manhã os moradores estavam lá senhor Deputado, todos estiveram comigo e com a senhora Vereadora cá em baixo. Estivemos cerca de 20 minutos à espera que nos chamassem para a comissão. Chegámos a horas e estivemos cá em baixo. E estavam lá os moradores, as organizações não-governamentais e subiram senhor Deputado. Tanto que eu saí da sala mais a senhora Vereadora e a senhora Deputada Helena Roseta pediu para eles entrarem. Por isso o senhor Deputado vir aqui dizer que no dia que a Câmara foi à Assembleia estava a haver uma intervenção no bairro para as pessoas não se mobilizarem para lá, senhor Deputado com todo o respeito que lhe tenho, deixe-me que lhe diga, desculpe eu até escrevi, disse senhor deputado. Com todo o respeito que lhe tenho, senhor Deputado, apesar de muitas vezes divergirmos, deixe-me que lhe diga é falso. Não corresponde à verdade. As pessoas estiveram cá em baixo comigo e com a senhora Vereadora. Estava muita gente e estavam pessoas das organizações e mal eu saí da sala, a Deputada Helena Roseta deu indicações para que entrassem e estiveram em reunião e eu estava na Assembleia, senhor Deputado, e haverá, com certeza, registos na Assembleia que comprovam a entrada dessas pessoas para a comissão e a nossa presença na comissão. As pessoas estiveram cá em baixo, estivemos todos cá fora, à entrada lateral da Assembleia da República. Por isso, não é verdade o que o Senhor Deputado está a dizer, porque estar a insinuar, é verdade que hoje não temos público, mas senhor Deputado em política não pode valer tudo. Estar a insinuar que no momento em que a senhora Presidente vai a uma Comissão à Assembleia da República, é montado aqui um esquema para não permitir que as pessoas estejam na Assembleia da República, senhor Deputado, é falso e em política senhor Deputado, com todo o respeito que lhe tenho, não pode valer tudo senhor Deputado, principalmente quando falamos de assuntos desta natureza e hoje nem temos público, senhor Deputado. Não havia necessidade, desculpe que lhe diga, porque não é verdade, eu estava lá, eu estive lá e não é verdade. -----

Depois relativamente às questões que tardamos, senhor Deputado, tardamos por intervir na área da habitação? Senhor Deputado, fez mais este Executivo Socialista desde 2002 que a CDU alguma fez desde 79. Desde 1998, peço desculpa, corrijo, corrijo. Muito mais senhor Deputado e pelos vistos, o senhor Deputado diz que na altura, quando em 93, que não assinavam o PER, que estavam a tentar um acordo melhor, fomos os últimos a assinar, em outubro de 1995, quando os Municípios aqui ao lado já estavam a fazer processos de realojamento é porque tínhamos muitos



constrangimentos, porque o território era pequeno, então de repente o senhor Deputado deixou de ser? Deixou de ter 24 km² de área? -----
Parece que tudo se alterou relativamente ao território. Os senhores não assinaram o PER porque tinham muitos constrangimentos. O território era pequeno, não se conseguiam resolver as situações e cresceu na gestão do Partido Socialista? Não! Senhor Deputado, muito antes pelo contrário, o território é o mesmo e na gestão do Partido Socialista encontrámos soluções, senhor Deputado, criámos programas habitacionais para resolver este problema, porque tínhamos consciência e tivemos consciência, desde que chegámos à gestão da cidade, que não era possível só através do realojamento resolver a questão do cumprimento do PER e dar melhores condições de vida a estas pessoas que vivem nos bairros e o senhor Deputado sabe bem disso e mesmo quando o PER-Famílias foi suspenso, a Câmara manteve os mesmos financiamentos, porque está consciente da realidade que tem na cidade.-----

Senhor Deputado, dizer-lhe uma outra questão para que não fiquem dúvidas, o senhor Deputado é hábil apesar de estar na interpretação das palavras, o que vai à Assembleia amanhã é uma Recomendação ao Governo. Não há nenhuma alteração ao Programa Especial de Realojamento e que fique claro que a Câmara continuará com a mesma tranquilidade, mas com o mesmo empenhamento em erradicar as barracas da cidade da Amadora e dar melhores condições de vida a estas pessoas. Muito obrigada senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

“Senhora Presidente e senhores Deputados só um esclarecimento porque eu participei nas reuniões onde a senhora Presidente esteve na Assembleia, e também eu próprio assisti ao que a senhora Presidente relatou. Não participei foi na audição ou na audição a seguir, porque não estava no programa em relação às pessoas que lá foram, porque essa audição tinha sido feita anteriormente já. -----

É uma questão que vamos clarificar, a recomendação não vai amanhã, a recomendação foi votada na sexta-feira passada. Não há nenhuma alteração em relação ao teor da redação e quero dizer que foi aprovado por unanimidade. Eu próprio disse que ia apresentar uma declaração de voto não tendo em conta a declaração, mas tendo em conta as intervenções que houve anteriormente, tanto da parte da CDU, como da parte do Bloco de Esquerda. E, sobre essa matéria não será muito longe das que foram feitas aqui, como estão recordados. E por isso, dizer-vos que sobre essa matéria como



Presidente da Assembleia não me compete, tenho pena, esta matéria é daquelas coisas que eu gostei e como sabem tanto tempo tive com este, mais com a senhora Vereadora, com este pelouro, mas "quem não sente não é boa gente", mas, enfim, fica para outras dores de parto. Muito obrigado."-----

VIII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

O senhor **Presidente da Assembleia** apresentou os assuntos constantes da Ordem do Dia, colocando aqueles à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos que de seguida se enuncia:-----

Ponto 1 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, conjugado o artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, ambos os diplomas na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa à "Assunção de Compromissos Plurianuais no Ano de 2017 (LCPA) - Autorização Prévia e Delegação de Competências (Proposta nº24/2017)"-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de representantes, foi definido um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta e dispensada a sua análise pela comissão respetiva.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições.-----

Não se tendo verificado intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor (21 PS, 6 CDU, 5 PSD e 3 CDS-PP) e 2 abstenções (BE), encontrando-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado.-----



Ponto 2 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao "Procedimento de Recrutamento para Provimento de Cargo de Direção Intermédia de 3º grau, de Chefe do Gabinete de Desporto - Composição do Júri (Proposta nº 34/2017)"-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de representantes, foi definido um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta e dispensada a sua análise pela comissão respetiva.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições.-----

Não se tendo verificado mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com 37 votos favoráveis dos membros presentes, encontrando-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado.-----

Ponto 3 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao "Regulamento Municipal de Apoio à Realização de Obras - Reabilita Plus - Após Consulta Pública (Proposta nº 35/2017)"-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 30 minutos para a discussão da presente proposta e a dispensa da sua análise pela comissão respetiva.-----



O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições, tendo intervindo o seguinte membro: -----

Pela senhora **Deolinda Martin**: -----

“Eu venho colocar aqui duas ou três questões que da leitura do Regulamento não me pareceram que estivessem clarificadas. Passa, é um processo de reabilitação de edifícios antigos, pelo que percebi das áreas comuns, e eu gostaria de perguntar se estão previstas questões que levem a uma melhoria da eficiência energética no prédio? Se estão previstas soluções para pessoas portadoras de deficiência? Uma vez que se está a fazer reabilitação se vai haver também ou está prevista haver adequações de espaço no sentido de responder a estas situações? Era só para colocar esta pergunta.”-----

Pela senhora **Presidente da Câmara**: -----

“Muito obrigada senhor Presidente. Este Programa, “Reabilita Plus”, como sabem também estão suspensos todos os programas habitacionais, no âmbito da reabilitação urbana, nós também os mantivemos, e o “Reabilita Plus” é um instrumento para que os proprietários das frações do prédio, neste caso em concreto, possam, naturalmente, ter aqui apoios da autarquia para proceder à reabilitação. No momento em que apresentam o projeto à Câmara, o projeto é dos próprios, a Câmara financia este processo, não é proprietária das habitações, por isso nunca poderia fazer a obra no parque privado, legalmente não poderia intervir. As questões de eficiência energética? Sim! Por norma, normalmente através das janelas, porque é onde é mais fácil é nas questões da caixilharia. -----

As questões da acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme as situações. Há prédios onde é muito difícil, nós estamos a falar de uma Amadora muito antiga, normalmente quando há estas intervenções e nestes eixos em concreto que todos conhecemos. De qualquer forma dar nota, que nós temos o Programa Municipal no âmbito da mobilidade que permite não só, porque há muitas situações de deficiência que não são muitas vezes desde o início da vida, que muitas vezes acontecem pelos mais variados fatores, mas nós fazemos obras nas intervenções, ou seja, quer no acesso ou colocamos os elevadores como colocámos, por exemplo, no espaço da antiga Assembleia Municipal, rampas. Já aconteceu, recordo-me recentemente, uma situação até com um jovem ainda que foi necessário transformar uma janela de um r/c numa porta.-----



Ou seja, relativamente à acessibilidade independentemente das questões da reabilitação, nós temos permanentemente um programa na área da mobilidade e direcionado exatamente para estas situações de deficiência. -----

Muito obrigada senhor Presidente.” -----

Não se tendo verificado mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por unanimidade com 37 votos favoráveis dos membros presentes, encontrando-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado. -----

Ponto 4 - Apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro na sua atual redação, da "Informação Escrita da Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município" -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, nos termos do nº 3 do artigo 36º do Regimento, o período de discussão deste ponto é de 90 minutos, distribuídos nos termos do anexo I ali referido. -----

De seguida procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros, nos termos que se enuncia: -----

Pelo senhor **Carlos Almeida**: -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Senhora Presidente duas, dois assuntos. O primeiro que lhe queria colocar sobre esta matéria, eu por acaso esqueci-me do papel em casa, porque sai de casa cedo, mas imagine que o que lhe vou dizer a senhora Presidente recordar-se-á e não será preciso papel. Eu bem sei que a Câmara Municipal às vezes tem uma relação difícil com a Comissão de Proteção de Dados. Eu sei que é uma história antiga, mas sabe a senhora Presidente que a matéria da fotocópia do Cartão do Cidadão tem sido objeto de inúmeras recomendações da parte de inúmeros organismos, no sentido de que nenhuma entidade pode obrigar o cidadão a entregar uma fotocópia do Bilhete de Identidade. Acontece que eu, por exemplo, tenho comigo o pedido, o preenchimento da ficha para candidatar a minha mãe ao Programa 65+. E logo o primeiro requisito que é exigido é a fotocópia do Cartão do Cidadão. Ora, eu acho que a



Câmara Municipal não devia, por todas as razões, continuar a exigir a entrega de uma fotocópia do Cartão do Cidadão aos cidadãos, porque creio eu ter sido matéria mais do que tratada, seja pela Comissão de Proteção de Dados, Associações de Defesa do Consumidor e inúmeras outras entidades. A sugestão que deixo à senhora Presidente é que, esse requisito que é exigido às pessoas não seja exigido, e em todo o caso que quando um cidadão diz, "bom eu não entrego, porque não tenho de entregar fotocópia do Cartão do Cidadão", essa pretensão dos munícipes seja respeitada. -----

Senhora Presidente, uma última nota com a tolerância do senhor Presidente, para dizer o seguinte. A afirmação que aqui fiz há pouco era baseada na informação que eu tinha. Pelos vistos a informação não é correta e eu não tenho nenhuma dificuldade senhora Presidente, ao contrário do que há pouco enunciou, eu não tenho nenhuma dificuldade, já o fiz isso aqui várias vezes. Eu não tenho nenhuma dificuldade de voltar o filme atrás. E começar outra vez de novo, e, portanto, quero-lhe dizer que a afirmação que fiz não é correta e assumo aqui com toda a responsabilidade daquilo que fiz. Agradeço o esclarecimento que fez, a verdade que repôs relativamente à afirmação que fez, portanto, assumo a responsabilidade do que fiz e foi evidentemente uma afirmação com base numa informação que não era correta e da minha parte o assunto está esclarecido. Muito obrigado."-----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia, foi a informação presente considerada apreciada, anexando-se à presente ata, dela fazendo parte integrante, o registo digital do referido documento. -----

Antes de dar por encerrados os trabalhos e tendo em vista a eficácia externa, as minutas de deliberação da Ordem do Dia foram aprovadas, nos termos do nº 3 do Art. 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas 22h15, da qual foi lavrada a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada por si e pelo 1º Secretário, Luís Miguel Rodrigues Costa, que a redigiu. -----



O Presidente da Assembleia
Joaquim Moreira Raposo

O Primeiro-Secretário
Luís Miguel Rodrigues Costa

*Auscultada e datilografada de acordo com o novo acordo ortográfico por:
Matilde Roriz e Isabel Palma*

Ata aprovada na 2ª Sessão Extraordinária